

Resenha

ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES*

Luzes e sombras sobre a Colônia. Educação e Casamento na São Paulo do século XVIII (Rosana Andréa Gonçalves et al.). (São Paulo: Humanitas Publicações/Departamento de História da FFLCH/USP, 1998).

A editora Humanitas, em conjunto com o Departamento de História da Universidade de São Paulo, brindou-nos com a publicação do terceiro volume de sua Série "Iniciação", *Luzes e Sombras sobre a Colônia. Educação e Casamento na São Paulo do Século XVIII*.

A obra é resultado de quatro trabalhos individuais de Iniciação Científica financiados pela FAPESP, entre 1995 e 1996, e que contou com a orientação da Prof^ª. Dr^ª Mary del Priore. Os trabalhos originais versavam sobre a expulsão dos jesuítas em 1759 do império português (Rosana Andréa Gonçalves), a reforma educacional empreendida no governo do Marquês de Pombal (Marco Antônio Cabral dos Santos), os casamentos entre escravos (Fabiana Schleumer) e os conflitos no interior da família, notadamente a cativa (Ivani Maia).

Nascido da união dessas pesquisas acadêmicas, o livro procura discutir dois aspectos da vida social da capitania de São Paulo no século XVIII: a educação e a família. Dividido em duas partes, esses objetos delimitam-se através do estudo das consequências da expulsão dos jesuítas no sistema educacional paulista (Parte I) e os reflexos da política demográfica pombalina no contexto dos casamentos de escravos (Parte II).

A primeira divisão da obra contém oito capítulos. Em cinco deles, os autores procuram situar os religiosos da Companhia de Jesus que vieram para a América portuguesa, em caráter missionário. Fundada por Ignácio de Loyola, em 1534, a Companhia de

* Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP.

Jesus expandiu-se rapidamente pelos domínios portugueses, chegando até a ultrapassá-los. São vários os exemplos de jesuítas que estiveram em regiões inóspitas e desconhecidas do nosso planeta, na época, levando preocupações pedagógicas. Assim, foram realizadas viagens como a do padre António de Andrade pelo Tibete, tornando-se o primeiro europeu a atravessar o Himalaia, e de Bento de Góis, o primeiro explorador lusitano do caminho terrestre da Índia para a China, através da Ásia Central.

Em todas as regiões em que estiveram, principalmente no Brasil, fundaram uma rede de colégios, seminários e escolas primárias e oficinas com ensino gratuito, sustentado por explorações agropecuárias e por propriedades deixadas para patrimônio dos centros de ensino. No campo científico, os inicianos efetuaram observações que vieram enriquecer o conhecimento das regiões que percorreram. Na lingüística, tornaram-se beneméritos. A preocupação de aprender as línguas dos povos que evangelizavam levou-os a elaborar gramáticas e dicionários e a publicar obras de catequese nas mais variadas línguas. O estudo da ação jesuítica no Brasil e das suas práticas pedagógicas compõe os capítulos iniciais da primeira parte. Detidamente, a São Paulo são dedicados três capítulos: “O ensino jesuítico na capitania de São Paulo”, “A reforma em São Paulo: primeira fase (1759-1772)” e “Continuidades e rupturas: segunda fase (1772-1801)”.

A atividade inicianiana foi bruscamente interrompida por decisão de Pombal, em 1759, ao ser decretada a expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses. As suas causas, como as repercussões acarretadas no ensino e, conseqüentemente, a tentativa de reforma educacional implementada na capitania de São Paulo, são os temas tratados nesses itens.

Apresentando como eixo central a figura de Luís Antônio Botelho de Sousa Mourão, o Morgado de Mateus que, entre 1765 e 1775, governou a capitania bandeirante, os autores, estudando a sua trajetória (mesmo que superficialmente) como porta-voz da política administrativa pombalina, procuraram demonstrar as suas medidas implementadas para reestruturar e reorganizar São Paulo. Naquele instante, estávamos sob dependência do Rio de Janeiro.

Morgado de Mateus organizou uma ampla reforma, abrangendo todas as áreas da administração pública. Foi o responsável pela consolidação da capitania como centro da rede econômica regional que se formara naquele momento. Estabeleceu a tropa em regimentos de cavalaria e de infantaria. No que tange à urbaniza-

ção, atuou de forma eficaz, estimulando o surgimento de mais de vinte povoações, pondo em prática uma forte política de povoamento do território, tendo no estímulo ao casamento, um de seus principais instrumentos.

Sendo assim, na segunda parte do livro, procurou-se desvendar, com base em fontes primárias manuscritas, selecionadas no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, e em fontes impressas, a abrangência dessa política de povoamento sobre a família escrava, tentando compreender os mecanismos legais de sua constituição e dissolução.

Dividida em dois capítulos (“Pontos e contrapontos: a política populacional metropolitana” e “Além de troncos e chibatas: novos olhares sobre a família escrava brasileira”), esta parte é a melhor do conjunto. Trabalhando com informações novas, obtidas a partir da historiografia social da escravidão, e com fontes manuscritas, os autores conseguem demonstrar espaços de autonomia dentro do sistema escravista, a constituição de casamentos e famílias entre cativos, assim como as artimanhas geradas dentro do próprio sistema para impedi-los.

Mas, como nem tudo são glórias, vamos a alguns equívocos, ou melhor, alguns deslizes cometidos pelos autores, e que merecem menção:

a) as crises de continuidade do ensino religioso, como de permanência dos jesuítas, não ocorreram só em São Paulo, como se percebe no capítulo II da primeira parte. No Maranhão, por exemplo, em 1661 e 1684, também foram expulsos, como no caso paulista (1640), por serem obstáculos à escravização dos índios e não por questões puramente pedagógicas;

b) ainda, com relação à parte I, existem trechos confusos ou de difícil entendimento. Surgem personagens e/ou conceitos de repente e, como vieram, desaparecem. Além disso, algumas notas de rodapé estão disformes. E, por último,

c) na parte II, ao analisar os documentos estudados no Arquivo da Cúria, poderia-se indicar o fundo documental utilizado em vários momentos do texto, não apenas reproduzi-los como iguais. Quantos documentos foram analisados? Qual o critério adotado? São informações importantes que não constam no corpo do texto.

Ao lado desses pequenos lapsos aparecem outros de menor “importância”, que precisam ser revistos. Mas que, no geral, não comprometem a estrutura da obra, que é uma grande contribuição aos estudiosos das ciências humanas à história de São Paulo.